

GUARDIÕES DAS MEMÓRIAS

Derik Vale Reis¹
Rosana Monteiro Negrão²
Camila Rodrigues Pereira³
Gracimar Pereira Sidônio⁴

RESUMO

Este texto tem como objetivo debater algumas proposições teóricas fundamentais para a renovação de um pensamento sobre as práticas no campo da educação patrimonial no Município de Muaná-PA. Parte da constatação da inexistência de educação patrimonial no município e da escassez de fontes que contribuam para a superação de abordagens mais tradicionais e conservadoras. Tem como base os eventos ocorridos em 28 de maio de 1823 em Muaná, data na qual se torna o primeiro município do Estado do Pará a aderir à Independência do Brasil, (Oliveira, 2017) e as comemorações do ato revolucionário que acontecem até a época atual, o que desperta interesses múltiplos, dos mais diversos atores sociais, como: autoridades políticas, do judiciário, das universidades, profissionais da educação, dos munícipes, visitantes, entre outros. Essa pluralidade de interesses permanece, mesmo diante da significativa carência de referências e fontes locais, uma vez que, poucos/as são os/as autores/as que se propõem a pesquisar, refletir, problematizar e escrever sobre o 28 de maio e sobre a história do município. Essas carências dificultam reflexões, contextualizações, problematizações, ressignificações e consequentemente a valorização e a preservação desse importante marco sócio-histórico, de nossos patrimônios e de nossas memórias históricas. A espetacularização como ato desvinculado da intencionalidade pedagógica pode gerar uma série de distorções da relevância desse marco sócio-histórico paraense, uma vez que esse processo consiste na atribuição de significados que não tem relação com o ato originário, (Trigueiro, 2005). Contribuindo significativamente para a diminuição do sentimento de valorização, preservação e consequentemente do sentimento de pertencimento. Espera-se que este trabalho possa contribuir com a implementação de ações de educação patrimonial e que ultrapasse a(s) dimensão(s) individual(is) e se transforme em um projeto coletivo na materialidade política e ideológica.

Palavras-chave: Educação Patrimonial, Preservação do Patrimônio, Intencionalidade pedagógica.

¹ Autor Principal - Licenciado Pleno em História - FIBRA; Especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho. Registro Profissional: 0000021/PA (Lei nº 14.038, de 17 de agosto de 2020), profderik@gmail.com

² Coautora - Pedagoga formada pelo IFPA; Servidora pública da rede ensino de Muaná, rmrosananegrão@gmail.com

³ Coautora - Licenciada em História – UNIP, 2019. Camilarodriguespereira0310@gmail.com

⁴ Orientadora – Especialista em Educação Inclusiva, Psicopedagoga – gracisidonio@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como gênese um importante projeto que está sendo desenvolvido desde o ano de 2021 pela Secretaria Municipal de Educação de Muaná – SEMEC, projeto denominado “Guardiões das Memórias”, coordenado pelo Professor Derik Vale Reis e Professora Rosana Monteiro Negrão. O referido projeto tem como cerne os eventos ocorridos em 28 de maio de 1823, seus desdobramentos e que tem como diretriz a educação patrimonial não somente na rede pública de ensino de Muaná, pretendendo envolver cada vez mais o município no necessário caminho da preservação e valorização dos patrimônios, sejam eles materiais ou imateriais.

Refletir sobre a importância da preservação do patrimônio histórico material e imaterial de Muaná exige compreender que os eventos ocorridos em 28 de maio de 1823 no município de Muaná despertam interesses múltiplos, dos mais diversos atores sociais, tais como: autoridades políticas, do judiciário, das universidades, profissionais da educação, dos munícipes, visitantes, entre outros. Essa pluralidade de interesses permanece, mesmo diante da significativa carência de referências fontes locais, ou seja, poucos/as são os/as autores/as que se propõem a escrever sobre o 28 de maio e sobre a história do município.

Para além da escassez da escrita, Muaná convive com a carência de educação patrimonial. Quais são os monumentos/documentos que homenageiam, valorizam e preservam essas e outras memórias históricas? Para os profissionais da área, essa resposta pode ser simples, mas e os munícipes, os visitantes, esses personagens sabem quais são nossos patrimônios? Esses patrimônios são preservados, são catalogados/identificados?

Essas carências dificultam reflexões, contextualizações, problematizações, ressignificações e conseqüentemente a valorização e a preservação desse importante marco sócio-histórico, de nossos patrimônios e de nossas memórias históricas.

Além das condicionantes acima, nas últimas duas décadas, o que doravante denominamos de Ato Revolucionário⁵ enfrenta o processo de espetacularização, apresentando uma dualidade entre o mal e bem, transbordando no cotidiano dos muanenses e seus visitantes

⁵ Termo muito utilizada pela historiografia, revolução é uma das poucas categorias das Ciências Sociais cujo significado não é controvertido. O problema, quando existe, está no emprego político do termo, pois revolução é às vezes utilizada com o sentido de golpe ou reforma. Primeiro, vamos definir uma revolução como um processo de mudança das estruturas sociais. A palavra surgiu durante o Renascimento como referência ao movimento dos corpos celestes, ganhando um significado político apenas no século XVII, com a Revolução Inglesa. Nesse período, revolução significava retorno à ordem política anterior que tinha sido alterada por turbulências. Assim, naquele momento, a Revolução Inglesa não foi entendida como a guerra civil e a ascensão de Cromwell, mas a volta à monarquia. Somente com a Revolução Francesa o termo ganhou o significado que tem hoje: o de uma mudança estrutural, convulsiva e insurrecional. Disponível em: Silva Et al (2009).

eventuais exageros, ufanismo, emoções que aproximam a(s) realidade(s) com a ficção. As representações ufanistas associadas a dualidade mencionada são ferramentas de construção do imaginário social/simbólico.

A espetacularização como ato desvinculado da intencionalidade pedagógica pode gerar uma série de distorções da relevância desse marco sócio-histórico paraense, uma vez que esse processo consiste na atribuição de significados que não tem relação com o ato originário. Contribuindo significativamente para a diminuição do sentimento de valorização, preservação e conseqüentemente do sentimento de pertencimento.

Pertencimento é quando uma pessoa sente a sensação de pertencer a um lugar ou comunidade, ela se sente parte e por isso se identifica, porque aquele ambiente faz parte da vida dela como se fosse uma extensão dela.

Sobre o pertencimento, Laís Mourão Sá (2005 diz que:

A ideologia individualista da cultura industrial capitalista moderna construiu uma representação da pessoa humana como um ser mecânico, desenraizado e desligado de seu contexto, que desconhece as relações que o tornam humano e ignora tudo o que não esteja direta e imediatamente vinculado ao seu próprio interesse e bem-estar. (...) Diz-se, então que os humanos perderam a capacidade de pertencimento. (SÁ, 2005, p.247)

Diante dos fatos expostos acima apresentamos o projeto “Guardiões das Memórias” com o intuito de ser um instrumento de estudo, suporte e intervenção, não somente pedagógico/a, mas também como base para as ações do governo municipal no sentido de valorizar e preservar nossos patrimônios, sejam eles materiais ou imateriais.

METODOLOGIA

Para a elaboração do projeto e deste artigo utilizamos a escuta qualitativa, buscando relacionar com autores/as que são referências sobre as memórias (imaginário social/oralidade). O resgate dos motivos pelos quais Muaná é carente de educação patrimonial, valorização e preservação de suas memórias históricas, possibilitou com que muitos muanenses revivessem uma parte de suas histórias de vida, trazendo lembranças, experiências, sentimentos e eventos do passado para o presente.

Cabe destacar que quando essas lembranças são associadas a fatos importantes pelos quais passamos, elas tornam-se mais vivas. Além disso, quando outras pessoas relatam histórias semelhantes às nossas, elas podem ser revitalizadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A historiografia aponta que essa busca por uma cultura política pautada na ordem e no autocontrole dos indivíduos é uma estratégia de controle social, contexto no qual o Ato Revolucionário não se encaixa.

Uma das obras que permitem melhor compreensão do 28 de maio é o livro: *O 28 de maio de 1823, Muaná vanguarda da Adesão: Histórias e memórias* de Luciano Pimentel de Oliveira⁶. Em suas primeiras páginas o autor expõe o privilégio de Muaná ter sido a primeira cidade do estado do Pará a proclamar sua Adesão à Independência do Brasil.

De acordo com Oliveira (2017)

A origem de Muaná remonta aos tempos coloniais. Em 1757 quando o frei Miguel de Bulhões, governador interino do Grão-Pará, elevou a povoação a condição de freguesia de São Francisco de Paula do Rio Muaná, e manteve-se freguesia até o ano de 1883. Muaná é umas das únicas cidades do Marajó que tiveram o nome original preservado, após a mudança exigida pelo governador para as freguesias do Marajó, por volta de 1750. Em 1883 é elevada à condição de vila, e em 06 de junho de 1895, recebeu a designação de cidade. O município é formado por vários distritos e vilas como: Distrito de São Miguel do Pracuúba, Ponta Negra, Palheta e Jararaca (p. 05)

Ainda acordo com Oliveira (2017)

Entre outros autores que se propuseram a escrever sobre o 28 de maio de 1823, poucos se destacaram quanto Domingos Raiol e Palma Muniz, ambos escrevem em contextos bem como motivações diferentes, por isso são importantes as necessárias ressalvas, para não cairmos em rotulações ou ideias pré-concebidas. Destacamos esses historiadores por causa da nossa proposta, que é observar como a historiografia influenciou a maneira de se comemorar o 28 de maio e como esses diversos significados e visões históricas que se perpetuam até hoje no imaginário social e político de Muaná. (p.08)

⁶ Graduado e Licenciado em História pela Universidade Federal do Pará-UFPA. Professor da rede Pública do município de Muaná.

As citações acima, enfatizam que as representações, as tramas histórico-sociais constroem a memória coletiva, o imaginário social e conseqüentemente as relações de poder. Segundo Jacques Le Goff⁷ a memória é a característica de armazenar e conservar conhecimentos ou dados, é uma característica referente a um composto de funções psíquicas, ou seja, relativa às faculdades mentais e morais que possibilitam ao indivíduo atualizar impressões, assim como acessar dados, conhecimentos e informações passadas ou compreendidas como passadas. Sendo a memória social uma ferramenta para abordar e conseqüentemente analisar e debater os problemas temporais e historiográficos.

Para Baczko⁸,

Está na moda associar a imaginação e a política, o imaginário e o social. Estas associações e os problemas que elas traduzem tem feito uma carreira rápida e brilhante, quer nos discursos políticos e ideológicos, quer nos das ciências humanas. Qual é o partido que não se reclama hoje da imaginação política e social de que dá provas? A imaginação própria é exaltada, enquanto é denunciada a sua ausência ou a sua mediocridade nos adversários. Os meios de comunicação de massa contribuíram de maneira particular para a inflação destes termos. Não param de repetir que é preciso imaginação social para controlar o futuro, para enfrentar problemas e conflitos inéditos, para se adaptar ao “choque do futuro”, etc. Os atores políticos, em especial os “chefes”, são julgados não só pelas suas competências, mas também pela imaginação política e social que lhes é atribuída ou recusada.

Refletindo sobre a tese das relações de poder, Foucault⁹ discute o fato de que o poder não é institucionalmente centrado e não é algo dado por meio de leis ou contratos políticos. O poder em Foucault cerceia, mas também induz a produção do saber e da verdade¹⁰.

Diante dos conceitos acima, é possível sustentar que cada imaginário representa direta ou indiretamente a vivência e o pensamento de uma sociedade. Este imaginário é constituído de figuras da memória, representações mentais que simbolizam os fatos ocorridos. O fragmento da obra de Baczko permite alegar que o imaginário social pode ser manipulado e que essa manipulação é um fato comum, legitimando narrativas, regimes políticos, entre outros.

Portanto os usos e abusos irresponsáveis da História podem ser perigosos e Muaná não foge a esta “regra”, e neste contexto, o positivismo¹¹, e a mentalidade eurocêntrica contribuíram

⁷ C.f Le Goff, 1922.

⁸ Baczko, 1985.

⁹ Ferreirinha; Raitz, 2010.

¹⁰ O que devemos descartar é a ideia de verdade absoluta. Ela é tão problemática quanto seu oposto, a suposição de que não existe nenhuma verdade. Disponível em: FONTES, Virgínia. História e verdade. Teoria e educação no labirinto do capital, v. 2, p. 167-189, 2001. Acessado em 29 de março de 2022.

¹¹ A característica do Positivismo é a romantização da ciência, sua devoção como único guia da vida individual e social do homem, único conhecimento, única moral, única religião possível. Disponível em: Dicionário de

significativamente para as estratégias de construção do ideário sobre o que estamos nomeando de Ato Revolucionário de 28 de maio.

Nota-se que uma grande parcela dos munícipes muanenses ainda enfrenta dificuldades em acessar os documentos e reconhecer nossos patrimônios desse marco sócio-histórico, afirmando se tratar do aniversário do município ou que representa apenas mais um feriado.

Tendo em vista a necessidade de entender o 28 de maio como um marco sócio-histórico muanense/paraense e frente ao bicentenário desse marco, o resgate, a ressignificação, a valorização e a preservação da história são ações inquestionáveis e de valores imensuráveis. Por tanto, faz-se necessário estudar, analisar, contextualizar, problematizar e ressignificar esse marco sócio-histórico com o intuito de preservar o(s) patrimônio(s) histórico(s) material(is) e imaterial(is) do município de Muaná.

É de conhecimento dos munícipes que na referida data, toda a cidade se mobiliza, no entanto, nos últimos anos essa mobilização está restrita ao desfile escolar, quase sempre pautado na espetacularização. Diante do exposto, um questionamento é inevitável: O Ato Revolucionário de 28 maio é nosso patrimônio ou espetáculo?

Para Silva (2009)¹²

É interessante observarmos que o conceito de patrimônio cultural não se restringe à produção material humana, mas abrange também a produção emocional e intelectual. Ou seja, tudo o que permite ao homem conhecer a si mesmo e ao mundo que o rodeia pode ser chamado de bem cultural.

Trigueiro (2005)¹³ aponta que:

As manifestações culturais populares têm esse caráter de ambiguidade entre o mal e o bem, a vida e a morte, que transborda na nossa cotidianidade todos os limites dos exageros das emoções e desejos da aproximação da realidade com a ficção criada pela sociedade humana. São manifestações que estão associadas a essas dualidades do mundo real da vida e o mundo ficcional do imaginário simbólico, do disforme da natureza e as experiências oníricas que sempre fizeram parte das nossas

filosofia/Nicola Abbagnano; tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bossi; revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. 5ª ed. - São Paulo: Martins fontes, 2007.

¹² Silva Et al (2009)

¹³ Trigueiro (2005)

histórias de encantados no mundo da infância e que chegam à vida adulta mais próximas da racionalidade. É a hibridização de tudo isso que dá a tônica à cultura popular no mundo globalizado pelos meios de comunicação e pelos novos interesses de consumo de bens culturais.

A espetacularização pode marginalizar a valorização e a necessária preservação da memória histórica de luta pelo ideal de independência. Diante da inegável espetacularização do 28 de maio nas últimas duas décadas, torna-se quase uma obrigatoriedade reacender e/ou fortalecer nos municípios o sentimento de pertencimento, de valorização e preservação da(s) nossa(s) história(s). Por consequência, torna-se um dever disponibilizar acesso ao conhecimento do fato em si e quais consequências ocorreram e que ainda estejam presentes no seio da sociedade muanense.

A importância da Adesão de Muaná à Independência do Brasil deve ser estudada, valorizada e preservada, assim sendo, as próximas celebrações devem ser oportunidades para que a sociedade muanense possa além de participar, conhecer, reconhecer, se reconhecer como indivíduos atores e autores da história do município.

Nesse sentido a secretaria Municipal de Educação de Muaná - SEMEC desenvolve o projeto como um instrumento que sugere às escolas, as demais secretarias do município, ao poder legislativo, ao poder executivo, à sociedade muanense, entre outras entidades a valorização histórico-cultural de Muaná por meio de ações que visem a valorização e a preservação da memória histórica do 28 de maio.

Nossa história é rica, nossa cultura é plural, portanto, deve ser colocada em evidência não só por ocasião da data cívica mais importante de Muaná, mas que deve estar presente durante todo o ano nas ações dos órgãos/instituições e da sociedade muanense.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Gostaríamos de mencionar outras qualidades que podem ser atribuídas às memórias e que estamos observando durante o desenvolvimento desse projeto. Entre essas qualidades estão as seguintes: Podem ser instrumentos que ajudam a melhorar as relações dos/das professores/as com os/as estudantes, uma vez que o projeto tem sua gênese na rede de ensino de Muaná e que hoje conta com significativo apoio de seus profissionais; pode possibilitar melhor entendimento das perspectivas pessoais dos/das adolescentes muanenses. Alguns depoentes ressaltaram que o trabalho com as memórias permite um espaço para reflexão, contextualização,

problematização e ressignificação para aqueles que estão em formação e para sociedade muanense, afirmando que é "muito interessante" falar sobre nossas memórias que nos direcionaram pelos caminhos percorridos, e que muitos deles "nunca tiveram parado para pensar sobre isso". Como ações já concretizadas do projeto temos:

✓ **A CONSTRUÇÃO DO MONUMENTO QUE DENOMINAMOS: GUARDIÕES DA MEMÓRIA.**

Imagem 1



Segundo Foucault (2002), o discurso transcende os sistemas, as estruturas ou as ordens simbólicas, devendo ser entendido como a corporificação e a organização dos modos de pensar sociais, das práticas, das tecnologias, das culturas, das instituições de um determinado período. Pode-se dizer que o discurso de uma sociedade é sua própria definição de identidade, incluindo a configuração de seus aspectos materiais e imateriais.

Diante da vasta historiografia é possível afirmar que há o apagamento e silenciamento das memórias históricas das mulheres nos lugares urbanos de memória. Ação busca combater esse apagamento, invisibilização e silenciamento das memórias históricas das mulheres nos espaços públicos. A ação é necessária para desnaturalizar o(s) espaço(s) da vida cotidiana, trazendo à cena pública essas memórias

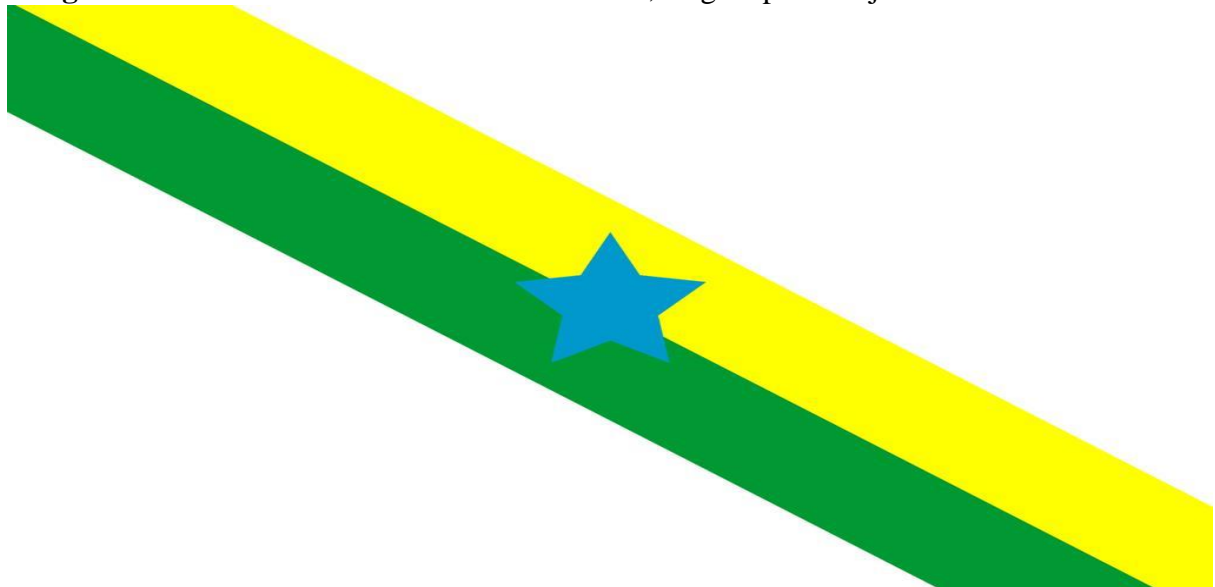
historicamente silenciadas, possibilitando a ressignificação e construção de novas narrativas sobre nosso passado.

✓ **A RESGATE DE UM DOS SÍMBOLOS MUANENSES, A BANDEIRA.**

Resgatar a bandeira substituída em 1998. De acordo com Oliveira (2017)¹⁴

Para a antropologia, a construção de um símbolo para um povo é grande, desde as comunidades mais primitivas, até os grandes estados nacionais contemporâneos, não há registros de povos ou culturas que não possuam símbolos. O símbolo desenvolve o papel de identificador e preservador da cultura, dando significado a ela. As celebrações nesse caso são uma forma de preservar a memória em nome de um futuro no qual o patrimônio cultural sirva de garantia para o simbolismo atuando como um elo com o povo.

Imagem 2 – Bandeira utilizada entre 1895 e 1998, resgata pelo Projeto de Lei nº 14/2023



¹⁴ O 28 de maio de 1823, Muaná vanguarda da Adesão: Histórias e memórias de Luciano Pimentel de Oliveira

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se que o aceite desse artigo nesse importante congresso seja mais uma forma de divulgar a história marajoara e que seja uma fonte para continuarmos nossa luta para efetivarmos as 3 proposições do projeto que ainda precisam ser concluídas, a saber: Um livro, um documentário e o mais audacioso, um centro de memória para nosso município.

Acreditamos que não devemos renunciar ao passado, mas sim buscar referências para a necessária valorização e preservação das nossas memórias históricas e conseqüentemente das nossas identidades. Portanto, nossas ações prioritárias estão pautadas no fundo identitário que está na base do processo de construção ou fortalecimento das nossas consciências históricas.

Devemos inibir a formação de uma cultura personalista que deposita todo sucesso e/ou fracasso em determinado(s) indivíduo(s). Acreditamos que o projeto pode ultrapassar a(s) dimensão(s) individual(is) e se transformar em um projeto coletivo na materialidade política e ideológica. Nosso projeto e esforços diários são construídos por várias mãos. Estamos caminhando, tentando, aprendendo, propondo e acreditamos que somente assim poderemos aperfeiçoar, melhorar a educação patrimonial e nossas consciências históricas.

A luta é interminável, mas sempre válida!

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica.

Baczko, Bronislaw. “**A Imaginação Social**” In: Leach, Edmund et al. *Anthropos-homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 15 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/Ed.UNESP, 2001.

CONNERTON, Paul. Como as sociedades recordam. 2. Ed. Lisboa: Celta Editora, 1999.

C.f **Le Goff**, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão, Et Al. 2ª Ed. Campinas: Unicamp, 1992.

Dicionário de filosofia/Nicola Abbagnano; tradução da 1º edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bossi; revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. 5ª ed. - São Paulo: Martins fontes, 2007.

FONTES, Virgínia. História e verdade. Teoria e educação no labirinto do capital, v. 2, p. 167-189, 2001

FERREIRINHA, Isabella Maria Nunes; RAITZ, Tânia Regina. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. Revista de Administração Pública, v. 44, n. 2, p. 367-383, 2010.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

<https://gestaoescolar.org.br/conteudo/2241/projeto-didatico-o-que-e-e-como-fazer>

<https://novaescola.org.br/conteudo/424/14-perguntas-e-respostas-sobre-projetosdaticos#:~:text=Projeto%20did%C3%A1tico%20%C3%A9%20um%20tipo,vai%20ser%20apreciado%20por%20algu%C3%A9m>

<https://educacao.tce.mt.gov.br>

SÁ, Lais Mourão. Pertencimento. In ENCONTROS e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores. Coautoria de Luiz Antonio Ferraro Junior. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2005, p.245 - 256.

Silva, Kalina Vanderlei. Dicionário de conceitos históricos / Kalina Vanderlei Silva, Maciel Henrique Silva. – 2.ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2009.

TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. A espetacularização das culturas populares ou produtos culturais folkmediáticos. Revista Internacional de Folkcomunicação, v. 1, n. 5, p. 1-9, 2005.